



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

INSPEÇÃO CORREICIONAL

VARA DE EXECUÇÃO PENAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Comarca	Santarém
Unidade inspecionada	Vara de Execução Penal de Santarém
Competência	Execução de penas em regime fechado, semiaberto, aberto, livramento condicional e penas restritivas de direito
Data da Inspeção/Edital	23/11/2023 - Edital n. 09/2023-CGJ, publicado no Diário de Justiça 02/08/2023
Responsável pelo preenchimento do questionário na Unidade	Francinaldo Figueira Bentes – Diretor de Secretaria desde 2011.



Foto: Fachada do Fórum Des. Ernesto Adolpho de Vasconcelos Chaves



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

1. INFORMAÇÕES GERAIS (Dados funcionais e Administrativos):

1.1. Juiz/Juíza de Direito/Período de titularidade ou exercício:

Anotação da Unidade: Flávio Oliveira Lauande, Juiz Titular desde janeiro de 2021.

Observação da Corregedoria: O Exmo. Sr. Dr. Flávio Oliveira Lauande é o juiz titular da Unidade desde 18/01/2021.

1.2. Afastamentos do(a) magistrado(a) nos últimos 03 (três) meses:

a) **Férias:** não houve

b) **Folgas compensatórias:** não houve

c) **Licenças:** não houve

1.3. Se a Unidade compõe comarca com mais de uma Vara, qual foi o último período de plantão em que houve atuação do(a) magistrado(a)?

Anotação da Unidade: No período entre os dias 03 e 05 de novembro de 23

Observação da Corregedoria: Durante os trabalhos foi informado que na realização do plantão judiciário há utilização do SISTAC, BNMP e do INFOPEN pelos servidores. O sistema de coleta de biometria e identificação civil é utilizado, contudo, relatado que nunca se fez possível a conclusão do procedimento, demanda que deve ser encaminhada à Secretaria de Informática para ciência e providências.

1.4. Quantos expedientes encontram-se pendentes de resposta à Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadorias, Seção de Direito Penal e Turmas de Direito Penal?

Anotação da Unidade: nenhum

Observação da Corregedoria: A Diretora de Secretaria da CGJ, em exercício, servidora Claudiana Hage, lavrou certidão nos seguintes termos: *“Certifico, que consultando o sistema PJECor desta Corregedoria, usando o parâmetro: “Santarém – Vara de Execução Penal - TJPa”, não foi localizado nesta Corregedoria expedientes disciplinares em tramitação; Informo, que nada foi localizado*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

contra o magistrado titular da Vara, Dr. Flávio Oliveira Lauande (Assumiu em 18/01/2021).”

1.5. Qual a data de realização da última reunião entre magistrado(a) e servidores(as) para confecção/atualização do plano de ação da Unidade?

Anotação da Unidade: O plano de trabalho é atualizado constantemente pela equipe desta unidade.

Observação da Corregedoria: O magistrado titular informou que não há necessidade de plano de trabalho na Unidade, pois o gabinete trabalha para que não haja processos conclusos em prazo superior a 24 horas. Em relação aos procedimentos pendentes de implantação, esclareceu que são execuções penais relacionadas aos condenados em regime semiaberto, no qual há necessidade que o condenado seja intimado para início da execução penal e por esta razão não instaura o procedimento antes de tal ato, uma vez que já começa a computar como cumprimento de pena. Há **519** medidas alternativas da CEMPA (Central de Penas e Medidas Alternativas) que são penas restritivas de direito e **21** processos que, por opção da Unidade, são cadastrados no perfil “Vara de Execução Regime Aberto”, e por isso constam como pendentes de implantação, mas que se referem as instituições cadastradas, e que são instaurados os processos para seleção de projetos e prestação de contas para que o Ministério Público possa se manifestar acerca do recurso. **Sugere-se que seja solicitado ao responsável técnico do SEEU no TJPA crie perfil próprio para a CEMPA, para que não seja necessário o cadastramento no perfil de regime aberto, evitando-se problemas na implantação e movimentações dos processos.**

2. CORPO FUNCIONAL:

2.1. Quadro de pessoal:

2.1.1 Secretaria

Nome	Vínculo do(a) servidor (a) (efetivo/exclusivamente comissionado/cedido/requisitado/estagiário/t
------	---



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

	erceirizado)
Francinaldo Figueira Bentes	Efetivo - analista judiciário (teletrabalho em revezamento)
Adria Goncalves Vinhote	Efetivo – analista judiciário (teletrabalho em revezamento)
Rodrigo Caldeira Silva	Efetivo – analista judiciário (revez teletrabalho)
Telmo Salomao Duarte Da Silva	Efetivo – auxiliar judiciário
Anderson Desincourt Almeida	Efetivo – analista judiciário (em teletrabalho)
Fernanda Mara Crisostomo De Castro	Efetivo – analista judiciário
Dirceu Martins Freire	Efetivo – auxiliar judiciário
Raquel Silva De Carvalho	Estagiária – remunerada (setor técnico da Unidade)
Carla Viviane Oliveira De Moura	Estagiário – remunerada

2.1.2. Gabinete:

Nome	Vínculo do(a) servidor (a) (efetivo/exclusivamente comissionado/cedido/requisitado/estagiário/t erceirizado)
Tiago Diego De Oliveira Panza	Efetivo – assessor e analista judiciário (teletrabalho em revezamento)
Priscilla Sonsin Nonato	Efetivo – analista judiciário

QUADRO FUNCIONAL TOTAL DA UNIDADE:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos(as)	9
Exclusivamente comissionados	0
Cedidos(as)/Requisitados(as)	0
Estagiários(as)	2
Terceirizados(as)	0

Observação da Corregedoria: O Diretor de Secretaria de Unidade se encontrava em gozo de licença prêmio durante o período da inspeção, porém, se fez presente na data dos trabalhos correicionais na Unidade. A servidora Adria Gonçalves Vinhote se encontrava na Direção de Secretaria. O assessor do Juízo executa suas funções em teletrabalho, em revezamento com outros servidores da Unidade. O servidor Anderson Desincourt Almeida se encontra de forma integral em teletrabalho conforme siga-doc TJ-PA-REQ-2023/03972. O revezamento do teletrabalho é realizado com 02 (dois) servidores dispostos em tal regime por mês.

A Vara de Execução Penal conta com Equipe Técnica, com servidoras vinculadas à Direção do Fórum. O referido corpo técnico é composto pelas servidoras Tamar Kanemitusu Parente (analista judiciário – psicóloga), Jucineide Almeida Vieira Pereira (analista judiciário – pedagoga) e Valcileide de Fátima da Silva Bezerra (analista judiciário – assistente social).

As servidoras realizam atendimento de apenados em regime aberto, além do semiaberto harmonizado. São apenados que se encontram em tratamento de saúde, mulheres liberadas para cuidados com os filhos, em cumprimento de medidas de segurança, avaliações iniciais de trabalho externo, em suma, há atendimento de uma média de 1.100 pessoas.

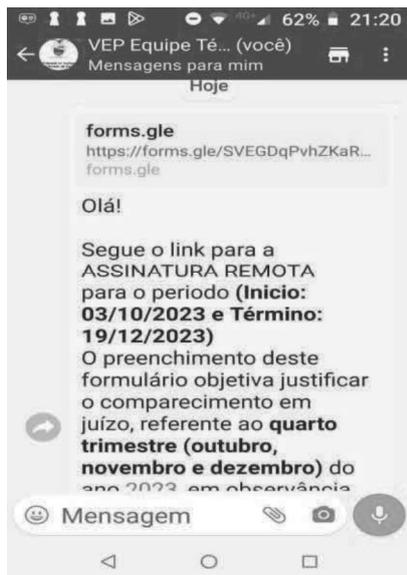
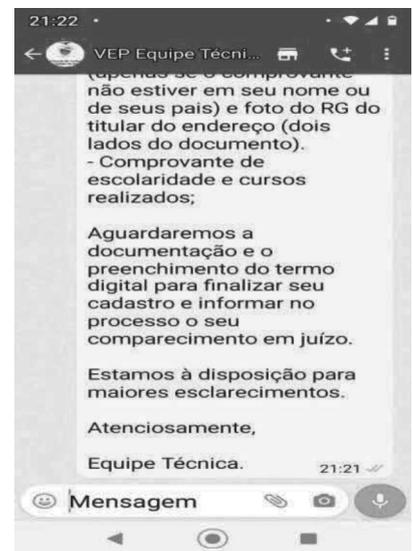
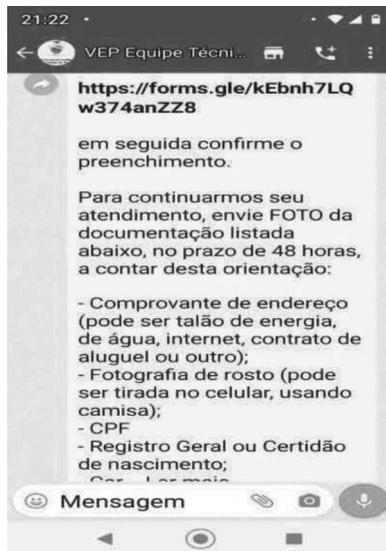
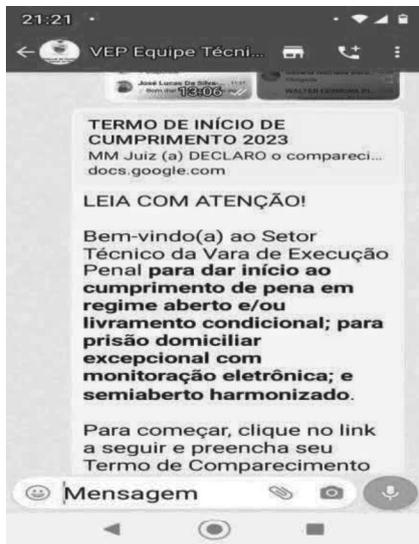
As servidoras atendem, ainda, demandas da Direção do Fórum em outras comarcas (ex. Juruti, Óbidos, Oriximiná, Alenquer, Almeirim e Prainha) e há também atendimento de casos de natureza cível quando há impedimento das técnicas das outras equipes de Direito de Família. Foi informado pelas servidoras que, antes da pandemia de Covid-19, a realidade dos atendimentos era 100% presencial, contudo, durante a pandemia passou a ser 100% online e atualmente é híbrido, com 02 (dois) números de telefones e linhas comprados pelas servidoras



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

(com a utilização dos CPFs das servidoras), que foram disponibilizados para atendimento dos apenados. Foi informado que há grande fluxo de atendimento por telefone e que são utilizados apenas no horário de expediente forense.

O atendimento é realizado à apenados, seus familiares, advogados e servidores de outras Unidades. O atendimento realizado refere-se à solicitação de cálculo de pena, solicitação de link para assinatura mensal, informação acerca de tratamentos médicos para justificar ausências em caso de monitoramento.



As servidoras também são responsáveis pelo processo seletivo dos projetos que são contemplados com as verbas de prestação pecuniária (em valores de R\$ 500/600 mil em



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

média), através da realização do procedimento desde a realização do edital até a prestação de contas. Selecionam e acompanham dos apenados que são bolsistas do Programa Começar de Novo- desde a seleção, inscrição, entrevista, encaminhamento para a Corregedoria Militar – todo o processo. Atualmente há 09 (nove) bolsistas. **Sugere-se que seja expedido ofício à Secretaria de Administração do TJPA para que verifique a possibilidade de fornecimento de 02 (dois) aparelhos celulares funcionais para a equipe técnica da VEP/Santarém, considerando a demanda verificada e efetiva necessidade dos aparelhos para exercício das atividades atribuídas às servidoras.**

2.2. Há servidores(as) que executam suas atividades em regime de teletrabalho? (Portaria n. 2897/2019, de 17/06/2019). Em caso positivo, de que forma é feito o controle de produtividade? Quais as metas estabelecidas? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

Anotação da Unidade: Atualmente há 05 servidores em teletrabalho, sendo um em tempo integral e 04 revezando-se em duplas mensalmente. Os servidores em teletrabalho preenchem formulários com sua produtividade mensal a fim de informar o alcance das metas estabelecidas em plano de trabalho constante no pedido inicial.

2.3. Como é feito o controle de produtividade dos(as) servidores(as) em regime de trabalho presencial?

Anotação da Unidade Os servidores em teletrabalho preenchem formulários com sua produtividade mensal a fim de informar o alcance das metas estabelecidas em plano de trabalho constante no pedido inicial.

3. INSTALAÇÕES DA UNIDADE:

3.1. Houve pleito administrativo para resolução de problemas estruturais porventura identificados na última correição tanto do Gabinete quanto da Secretaria? Qual a última movimentação do expediente?

Anotação da Unidade: Havia um expediente para reforma estrutural da unidade. Porém,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

no ano de 2023, efetivou-se a reforma solicitada. Contudo, algumas ressalvas ainda precisam ser feitas. Em especial em relação ao gabinete do Magistrado, que solicitou novas tomadas e pontos de rede. Ademais, ainda possui uma infiltração grande no gabinete.

Observação da Corregedoria: Verificou-se durante a Inspeção que ainda não havia sido atendido o pleito do Magistrado em relação as novas tomadas, pontos de rede, registrados nos processos siga-doc: PA-OFI 2021/02416, MEM 2022/48021, OFI 2022/01134.

4. DADOS ESTATÍSTICOS:

4.1. PROCESSOS JUDICIAIS:

A análise de acervo será realizada no item 14.1, em razão de tratar-se de Vara de Execução Penal.

4.2. FLUXO PROCESSUAL NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

**Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária (entrada de feitos/ distribuição/ redistribuição)*

Processos judiciais	Quantidade
Total de processos distribuídos e redistribuídos	1.080
Total de processos julgados	966
Total de processos baixados definitivamente do acervo	866

4.3. PRODUTIVIDADE DOS(AS) MAGISTRADOS(AS) NOS ÚLTIMO 03 (TRÊS) MESES:

**Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária/ identificar a produtividade individualizada por magistrado que tenha atuado na Unidade no período*

Atos processuais dos(as) Juízes/Juízas	Quantidade
DR. FLÁVIO OLIVEIRA LAUANDE	
Decisões interlocutórias	2816



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

Despachos	2764
Sentenças com resolução de mérito	654
Sentenças sem resolução de mérito	0
Audiências realizadas	2

Observação da CGJ: Para regressão de regimes instaura PAD, mas se necessário for, com o pedido da Defesa designa audiência.

Atos processuais dos(as) Juízes/Juízas DR. IBI SALES TAPAJÓS	Quantidade
Decisões interlocutórias	88
Despachos	94
Sentenças com resolução de mérito	6
Sentenças sem resolução de mérito	0
Audiências realizadas	0

Atos processuais dos(as) Juízes/Juízas DR. RAFAEL ALVARENGA PANTOJA	Quantidade
Decisões interlocutórias	264
Despachos	218
Sentenças com resolução de mérito	33
Sentenças sem resolução de mérito	0
Audiências realizadas	0

5. METAS NACIONAIS:

5.1. Quem realiza o controle/acompanhamento dos índices de cumprimento das Metas Nacionais? Existe plano de ação adotado na Unidade? Em caso positivo, anexar cópia.

Anotação da Unidade: Não se aplica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

6. ROTINA DE TRABALHO DA SECRETARIA:

6.1. Sobre o fluxo processual assinala as etapas que são operacionalizadas:

- a. Fluxo processual: triagem, conferência e correção de cadastro de classes e assuntos processuais;
- b. Conferência e registro de todas as informações de todos(as) os(as) réus(rés) (*nome completo, data de nascimento, filiação, CPF, RG e último endereço*)
- c. Análise, controle e tempo médio para análise de processos vindos do Gabinete;
- d. Movimentação processual;
- e. Elaboração de minutas e revisão;
- f. Gestão de rotinas e da equipe, controle estatístico e produtividade da equipe;
- g. Gestão do acervo: são controlados os prazos de vencimento de benefícios?
- h. Retificação de autuação no sistema PJE após recebimento da denúncia
- i. Registro dos dados de prisão e soltura dos(as) réus(rés) e atualização das informações constantes da aba “*Informações Criminais*”

6.2. Há fluxo de trabalho para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo? (*Diretriz Estratégica n. 4 – Desenvolver e regulamentar fluxos de trabalho, pelos juízos criminais, para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo Penal, comunicando-se à Corregedoria local*)

Anotação da Unidade: Não se aplica

6.3. Como é organizado o atendimento ao público? Quais são os meios utilizados? A Unidade realiza atendimentos através da ferramenta “Balcão Virtual”? (*Resolução n. 372/2021-CNJ, de 12/02/2021 e Portaria n. 1724/2021-GP, de 18/05/2021*)

Anotação da Unidade: O atendimento na unidade é feito tanto de forma presencial, no balcão da vara, quanto de forma virtual pelo balcão virtual e Whatsapp.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

6.4. Quantos processos envolvendo presos(as) provisórios(as) se encontram tramitando na Unidade? De que forma são sinalizados e controlados todos os processos nos quais há ré(u) presa(o) provisória(o)? *(Deve a Unidade anexar relatório e/ou controle em arquivo word ou excel contendo todos os processos que envolvam réus presos provisórios, com informação do nome do réu, número do processo, capitulação penal, registro INFOPEN/BNMP, data da prisão, estabelecimento de custódia, última movimentação e data da mais recente revisão da necessidade de prisão, conforme dispõe o artigo 316 do CPP)*

Anotação da Unidade: Não se aplica já que a unidade só trabalha com os presos condenados.

6.5. Há processos envolvendo presos(as) provisórios(as) tramitando há mais de 180 (cento e oitenta) dias? *(Resolução n. 66/2009-CNJ - Cria mecanismo de controle estatístico e disciplina o acompanhamento, pelos juízes e Tribunais, dos procedimentos relacionados à decretação e ao controle dos casos de prisão). É realizada a revisão da manutenção de prisão cautelar da(o)s ré(u)s presa(o)s provisória(o)s a cada 90 (noventa) dias?* *(artigo 316, parágrafo único do Código de Processo Penal)*

Anotação da Unidade: Não se aplica já que a unidade só trabalha com os presos condenados.

6.6. Qual a média de tramitação dos processos envolvendo ré(u)s presa(o)s provisória(o)s entre a data da prisão e o julgamento? *(Diretriz Estratégica n. 13/2023 do Conselho Nacional de Justiça – Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, relatório analítico dos processos de presos provisórios pendentes de julgamento, apontando o tempo médio de tramitação, bem como daqueles julgados no 1º semestre de 2022, apontando o tempo médio entre a data da prisão e o julgamento)*

Anotação da Unidade: Não se aplica já que a unidade só trabalha com os presos condenados.

6.7. Quais são os estabelecimentos penais sob responsabilidade do Juízo? O(A) Magistrado (a) tem realizado inspeções mensais e inserido o respectivo relatório sobre



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

as condições do estabelecimento no Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP?

Anotação da Unidade: O Complexo Penitenciário desta Comarca é composto pela Unidade de Custódia e Reinserção de Santarém, Unidade de Custódia e Reinserção Feminina de Santarém e Central de Custódia Provisória de Santarém. Todas as referidas unidades são de responsabilidade da Vara de Execução Penal de Santarém, que encaminha mensalmente o relatório de inspeção dos Estabelecimentos Penais.

Anotação da Corregedoria: Os relatórios das inspeções realizadas pelo magistrado se encontram devidamente registradas e atualizadas no Cadastro Nacional de Inspeção em Estabelecimentos Penais – CNIEP nos anos de 2022 e 2023 até o mês corrente.

A captura de tela mostra a interface do sistema de inspeções penais. No topo, há o logo do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e o título "Inspeções Penais". Abaixo, uma barra de navegação contém links para "Principal", "Cadastrar", "Retificar", "Pesquisar", "Relatórios", "Contato", "Manual" e "Sair".

O formulário de busca, intitulado "LISTAGEM DE INSPEÇÃO", contém os seguintes campos:

- Esfera:** Estadual
- Tribunal de Justiça Estadual:** Tribunal de Justiça do Estado do Pará
- 1º Grau - Justiça Estadual:** 1º Grau - T3PA
- Comarca:** SANTAREM
- Situação:** ATIVO
- Estabelecimento Penal:** SELECIONE
- Ano:** 2022
- Mês:** TODOS(AS)
- Condições Estab.:** TODOS(AS)
- Considerações:**
- Providências:**

Um botão "Pesquisar" está localizado abaixo dos campos de filtro.

Mês/Ano	Responsável	Orgão	Estabelecimento	Recibo
Dezembro/2022	USU570647915CF5A	SANTAREM	CENTRO DE TRIAGEM DE SANTAREM - CTS	Imprimir
Dezembro/2022	USU570647915CF5A	SANTAREM	CENTRO DE RECUPERAÇÃO AGRÍCOLA SILVIO HALL DE MOURA	Imprimir
Dezembro/2022	USU570647915CF5A	SANTAREM	CENTRO DE RECUPERAÇÃO FEMININO DE SANTAREM - CRFSTM	Imprimir
Novembro/2022	USU570647915CF5A	SANTAREM	CENTRO DE RECUPERAÇÃO AGRÍCOLA SILVIO HALL DE MOURA	Imprimir
Novembro/2022	USU570647915CF5A	SANTAREM	CENTRO DE RECUPERAÇÃO FEMININO DE SANTAREM - CRFSTM	Imprimir
Novembro/2022	USU570647915CF5A	SANTAREM	CENTRO DE TRIAGEM DE SANTAREM - CTS	Imprimir
Outubro/2022	USU570647915CF5A	SANTAREM	CENTRO DE RECUPERAÇÃO FEMININO DE SANTAREM - CRFSTM	Imprimir
Outubro/2022	USU570647915CF5A	SANTAREM	CENTRO DE TRIAGEM DE SANTAREM - CTS	Imprimir
Outubro/2022	USU570647915CF5A	SANTAREM	CENTRO DE RECUPERAÇÃO AGRÍCOLA SILVIO HALL DE MOURA	Imprimir
Setembro/2022	USU570647915CF5A	SANTAREM	CENTRO DE RECUPERAÇÃO FEMININO DE SANTAREM - CRFSTM	Imprimir

Na base da tela, há uma barra de status que indica "Número de registros: 36" e "Página 1 de 4".



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Inspeções Penais

Principal | Cadastrar | Retificar | Pesquisar | Relatórios | Contato | Manual | Sair

LISTAGEM DE INSPEÇÃO

Esfera: Estadual
Tribunal de Justiça: Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Estadual:
1º Grau - Justiça: 1º Grau - TJPA
Estadual:
Comarca: SANTAREM
Situação: ATIVO
Estabelecimento Penal: SELECCIONE
Ano: 2023
Mês: TODOS(AS)
Condições Estab.: TODOS(AS)
Considerações:
Providências:

Pesquisar

Mês/Ano	Responsável	Orgão	Estabelecimento	Recibo
Novembro/2023	USU5F47EECFETACC	SANTAREM	CENTRO DE RECUPERAÇÃO AGRÍCOLA SILVIO HALL DE MOURA	Imprimir
Novembro/2023	USU5F47EECFETACC	SANTAREM	CENTRO DE RECUPERAÇÃO FEMININO DE SANTAREM - CRFSTM	Imprimir
Outubro/2023	USU5F47EECFETACC	SANTAREM	CENTRO DE RECUPERAÇÃO AGRÍCOLA SILVIO HALL DE MOURA	Imprimir
Outubro/2023	USU5F47EECFETACC	SANTAREM	CENTRO DE TRIAGEM DE SANTAREM - CTS	Imprimir
Outubro/2023	USU5F47EECFETACC	SANTAREM	CENTRO DE RECUPERAÇÃO FEMININO DE SANTAREM - CRFSTM	Imprimir
Setembro/2023	USU5F47EECFETACC	SANTAREM	CENTRO DE TRIAGEM DE SANTAREM - CTS	Imprimir
Setembro/2023	USU5F47EECFETACC	SANTAREM	CENTRO DE RECUPERAÇÃO FEMININO DE SANTAREM - CRFSTM	Imprimir
Setembro/2023	USU5F47EECFETACC	SANTAREM	CENTRO DE RECUPERAÇÃO AGRÍCOLA SILVIO HALL DE MOURA	Imprimir
Agosto/2023	USU5F47EECFETACC	SANTAREM	CENTRO DE TRIAGEM DE SANTAREM - CTS	Imprimir
Agosto/2023	USU5F47EECFETACC	SANTAREM	CENTRO DE RECUPERAÇÃO FEMININO DE SANTAREM - CRFSTM	Imprimir

Número de registros: 32 | Página 1 de 4

7. MANDADOS/CENTRAL DE MANDADOS/CARTAS PRECATÓRIAS:

7.1. A Unidade está vinculada a Central de Mandados?

Anotação da Unidade: sim

7.2. Há efetivo controle pela Secretaria sobre o prazo de cumprimento dos mandados pelos(as) oficiais(las) de justiça? Qual o meio utilizado para verificação desse controle? Qual a periodicidade? Qual a providência adotada para o caso de retardamento da prestação jurisdicional em razão de atraso e/ou não devolução de mandados?

Anotação da Unidade: Os mandados são enviados aos oficiais com o prazo de cumprimento já previamente indicados. Ao atingir o prazo sem devolução do mandado o sistema SEEU informa o retorno sem devolução e, então, notificamos o oficial de justiça através do próprio sistema SEEU para que faça a devolução. Se, após todos estes trâmites,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

não houver devolução, então acionamos a Corregedoria do Tribunal.

7.3. A Unidade adota modelo de mandado no PJE? (anexar o modelo)

Anotação da Unidade: a unidade utiliza o sistema SEEU e nele cadastra os modelos a serem utilizados.

7.4. Com que regularidade é realizada a depuração dos mandados encaminhados à Central de Mandados e que não foram distribuídos ou perderam validade nos últimos 06 (seis) meses? Anotar o número de mandados pendentes constante no ícone expediente da Secretaria (vide Ofício Circular nº 19/2023-CGJ).

Anotação da Unidade: Semestralmente.

7.5 Qual a antecedência que a Secretaria envia o mandado “não urgente” para cumprimento?

Anotação da Unidade: 60 dias de antecedência.

7.6. Considerando a Vara como juízo deprecante, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Foi realizada comunicação à Corregedoria?

Anotação da Unidade: 00

7.7. Considerando a Vara como juízo deprecado, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Caso positivo, justifique os motivos para a morosidade.

Anotação da Unidade: 00

8. DO BANCO NACIONAL DE MEDIDAS PENAIIS E PRISÕES – BNMP:

8.1. A Unidade observa os termos da Resolução n. 417/2021 do Conselho Nacional de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

Justiça com relação à expedição de documentos no BNMP? A Unidade realiza diligente e eficientemente a verificação do sistema para sanar eventuais inconsistências de informações e cadastros de mandado de prisão e alvará de soltura da(o)s ré(u)s, inclusive com verificação se a(o) ré(u) possui RJI (Registro Judicial Individual)? Os dados relacionados aos presos provisórios, procurados, réus beneficiados com alvará de soltura, possíveis RJIs duplicados e óbitos e se encontram devidamente regulares no BNMP? – (Resolução n. 417/2021-CNJ - Institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) e dá outras providências).

Anotação da Unidade: A Vara de Execuções Penais de Santarém registra, de forma regular, 100% dos mandados de prisão e alvarás de soltura no sistema BNMP, sendo, inclusive, uma das primeiras unidades a entregar toda a depuração de seu acervo.

8.2. Considerando a Resolução n. 113/2010 do CNJ, há expedição da guia de recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias nos processos de réu preso, em que proferida sentença condenatória? (Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança e dá outras providências)

Anotação da Unidade: As Varas de Conhecimento fazem o possível para confeccionar e encaminhar as guias de recolhimento no prazo mais hábil. Porém, são raros os casos onde se alcança o prazo dado pela Resolução 113 do CNJ.

8.3. O cumprimento dos alvarás de soltura ou do mandado de desinternação observa o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas previsto no artigo 6º da Resolução n. 417/2021-CNJ, de 20/09/2021?

Anotação da Unidade: Todos os Alvarás de Soltura e demais ordens de liberação são cumpridos no mesmo dia da determinação.

8.4. Ao expedir o alvará de soltura ou mandado de desinternação, a Unidade realiza consulta ao sistema nacional ou de informação criminal se o(a) acusado(a) foi preso(a) em flagrante por outro delito ou se há em seu desfavor mandados de prisão por outro



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

crime? Qual o tempo médio para verificação?

Anotação da Unidade: Esta verificação fica a cargo da Central de Alvarás da SEAP.

8.5. Constatada a falta de cumprimento do alvará de soltura, na forma e prazo legal, o(a) juiz(íza) comunica a irregularidade à Corregedoria-Geral de Justiça ou ao Juízo deprecado, bem como ao Ministério Público?

Anotação da Unidade: Apesar de ainda não haver relatos de alvarás de soltura não cumpridos sem justificativa, este juízo sempre cumprirá as determinações da Corregedoria Geral de Justiça.

9. DO CONTROLE DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS:

9.1. De que forma é realizado/identificado o controle dos prazos prescricionais nos processos em tramitação na Unidade, de forma a observar a Resolução n. 112/2010-CNJ? *(Resolução 112/2010-CNJ- institui mecanismo para controle dos prazos de prescrição nos tribunais e juízos dotados de competência criminal)*

Anotação da Unidade: é o próprio sistema SEEU quem informa o alcance do prazo de prescrição nos processos. Com esta informação, regularmente o juízo procede à extinção da pena.

9.2 Qual a data da última verificação dos processos que se encontram suspensos com fundamento no artigo 366 do Código de Processo Penal, para cumprimento do procedimento determinado pelo Provimento n. 15/2009-CJRMB? *(Provimento n. 15/2009-CJRMB – dispõe acerca dos procedimentos a serem adotados pelas Varas Criminais nos casos de processos suspensos com base no artigo 366 do Código de Processo Penal)*

Anotação da Unidade: Não se aplica já que a unidade só trabalha com os presos condenados.

9.3. Em processos que se encontravam suspensos, a Unidade observa o procedimento



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular n. 048/2022-CGJ, quanto à premente necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE? (Ofício circular n. 048/2022-CGJ, expedido nos autos PJE COR n. 0002009-73.2.00.0814)

Anotação da Unidade: Não se aplica já que a unidade só trabalha com os presos condenados e o sistema SEEU.

10. BENS APREENDIDOS:

10.1. De que forma a Unidade realiza identificação no PJE dos processos que possuem bens apreendidos vinculados?

Anotação da Unidade: Não se aplica já que a unidade só trabalha com os presos condenados e o sistema SEEU.

10.2. Há passivo de bens que foram cadastrados no SNBA (Sistema Nacional de Bens Apreendidos) em que há pendência de registro de sua destinação (destruição/devolução/perdimento/etc.), após eventuais providências determinadas pelo(a) magistrado(a) nos autos criminais, em cumprimento ao Provimento Conjunto n. 02/2021-CJRMB/CJCI (Ofício circular n. 54/2022-CGJ)? A Unidade está realizando o cadastramento de bens através do novo Sistema Nacional de Gestão de Bens-SNGB, nos termos da Resolução n. 483/CNJ-2022? (Resolução n. 483-CNJ, de 19/12/2022 ,,,- Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens e dá outras providências)

Anotação da Unidade: Não se aplica à matéria da unidade.

10.3. Os servidores da Unidade realizaram o curso de capacitação do SNGB disponibilizado pela plataforma EAD da Escola Judicial do Estado do Pará e pela plataforma educacional do Conselho Nacional de Justiça?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

Anotação da Unidade: sim

11. ROTINA DE TRABALHO NO GABINETE:

11.1. Consultando o controle dos processos paralisados há mais de 100 (cem) dias em Gabinete restou constatado processos com etiqueta de prioridade?

Anotação da Unidade: Todos os processos são julgados no mesmo dia da conclusão.

11.2. Qual o controle estabelecido dos processos paralisados há mais de 100 (cem) dias em Gabinete?

Anotação da Unidade: Não há processos paralisados há mais de 100 dias no gabinete pois são julgados no mesmo dia da conclusão.

12. DAS AUDIÊNCIAS:

12. Está sendo observada a Resolução nº 21/2022-TJPA, que regula a realização de audiência judicial por videoconferência ou telepresencial?

Anotação da Unidade: Atualmente a unidade faz audiência presencial com a disponibilização de acesso virtual aos interessados.

12.1. Com base na pauta de audiência do mês anterior, identifique o número de audiências realizadas na modalidade presencial, virtual ou híbrida. No processo em que ocorreu audiência não presencial consta pleito das partes ou do Ministério Público?

Anotação da Unidade: Não há audiências pautadas para o mês de outubro.

12.1. Quanto às audiências de custódia, é observado o prazo para sua realização determinado pela Resolução n. 2013/2015-CNJ, de 15/12/2015 e do Provimento Conjunto n. 01/2016-GP/CJCI/CJRMB? (Resolução n. 2013/2015-CNJ – Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas. Provimento Conjunto n.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

01/2016-GP/CJCI/CJRMB – *regulamenta a audiência de custódia no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará*)

Anotação da Unidade: sim

12.2. Qual a data em que foi realizada a última audiência de custódia?

Anotação da Unidade: No dia 05/11/2023, quando a unidade estava de plantão.

12.3. Perfil da pauta:

a) Quantas audiências estão pautadas para o mês seguinte à inspeção?

Anotação da Unidade: 0

b) Para qual data está designada audiência mais distante de pessoa que se encontra presa?

Anotação da Unidade: Não há pauta de audiências agendadas. Todas são marcadas imediatamente para o mesmo mês de referência, conforme a necessidade.

13. VARA COM COMPETÊNCIA DE TRIBUNAL DO JÚRI: PREJUDICADO

14. EXECUÇÃO PENAL:

(O questionário do item execução penal deve ser preenchido quando se tratar de Unidade judicial com competência privativa)

14.1. Dados estatísticos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado- SEEU:

Data do preenchimento dos dados: 23/11/2023

PERFIL NO SEEU	Regime fechado e semiaberto	Regime aberto e Medidas Alternativas	Pena de Multa	Corregedoria de Presídios
-----------------------	--	--	-------------------------	-------------------------------------



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

Total de Execuções Ativas:	2.575	540	23	09
Intimações pendentes na Secretaria – COM URGÊNCIA	12	00	00	00
Análise de juntadas - Juntadas para realizar com URGÊNCIA	00	00	00	00
Análise de juntadas – Retorno de conclusão com URGÊNCIA	03	00	00	00
Análise de juntada – processos aguardando recebimento no Distribuidor	02	00	00	00
Processos com pendências de implantação*	220	00	00	00
Total de processos conclusos	00	00	00	00
Total de processos conclusos há mais de 100 (cem) dias.	00	00	00	00

**Atenção: *Os dados dos processos com pendências de implantação devem ser solicitados pela Unidade à Secretaria de Informática através de chamado técnico, antes do preenchimento.*

14.2 Quantos são os(as) apenados(as) em regime fechado, semiaberto e aberto sob jurisdição da Vara?

Anotação da Unidade: Os dados foram retirados das estatísticas do sistema SEEU.
FECHADO: 800
SEMIABERTO: 558



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

ABERTO: 896

14.3. Há pendências de guia de recolhimento a serem expedidas?

Anotação da Unidade: sim

14.4. Há regularidade com relação a expedição de guia de internamento ou de tratamento ambulatorial de pessoas sob medida de segurança?

Anotação da Unidade: sim

14.5. A emissão de atestado de pena observa os prazos previstos no artigo 12 da Resolução n. 113/2010-CNJ? (*Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança e dá outras providências*)

Anotação da Unidade: O atestado de pena segue o padrão estabelecido pelo CNJ no sistema SEEU.

15. CORREIÇÃO ANUAL:

15.1. Data da última correição anual realizada na Unidade Judicial pela Corregedoria Geral e pelo magistrado/magistrada da Unidade. Qual o número de registro dos relatórios no sistema PJECOR?

Anotação da Unidade: A última correição anual realizada pelo magistrado da unidade ocorreu em 09/02/2023 e foi protocolizada no sistema PJECor com o número 0000607-20.2023.2.00.0814. A última correição anual realizada pela Corregedoria Geral de Justiça foi realizada em 2021 e protocolizada no sistema PJECor com o número 0000136-38.2022.2.00.0814.

Observação da Corregedoria: A Vara de Execução Penal da Comarca de Santarém foi inspecionada pelo Conselho Nacional de Justiça em abril/2022. Na ocasião, foi instaurado pedido de providências PJECOR n. 0003522-76.2022.2.00.0814 para acompanhamento do cumprimento das determinações resultantes do relatório final. Após o atendimento das



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

determinações, o feito foi arquivado em definitivo.

15.2. Existem registros de recomendações na correção ordinária anterior realizada pela Corregedoria Geral que não foram integralmente cumpridas? Quais?

Anotação da Unidade: não

16. DADOS ESTATÍSTICOS:

PERFIL SEEU – REGIME FECHADO E SEMIABERTO

Vara de Execução de Penas Privativas de Liberdade de Santarém

Mesa do(a) Analista Judiciário

Inicio | Pendências de Incidentes | Estatísticas | Intimações | Análise de Juntas | Outros Cumprimentos | Lembretes | Sessões de Julgamento

Dados do Juízo
Nome: Vara de Execução de Penas Privativas de Liberdade de Santarém

Execuções Ativas
Total de Processos: 237

PROCESSOS PARALISADOS (+30 DIAS)	PROCESSOS AGUARDANDO	PROCESSOS EM REMESSA
Secretaria: 1 Incidente pendente de julgamento: 1 Incidente vencido: 2 Cumprimento de pena interrompido: 22 Processos extintos aguardando arquivamento: 11	Cumprimento de pena privativa de liberdade: 236 Cumprimento de pena alternativa: 37	Em Remessa: 2 Em Remessa (exceto processos conclusos): 2

Fila do BNMP
Total de Registros: 14

Audiências Designadas
Para hoje: 0
Pendentes: 0

Vara de Execução de Penas Privativas de Liberdade de Santarém

Mesa do(a) Analista Judiciário

Inicio | **Pendências de Incidentes** | Estatísticas | Intimações | Análise de Juntas | Outros Cumprimentos | Lembretes | Sessões de Julgamento

A vencer	Vencidos	Instaurados e Pendentes de Decisão
Progressão para Semiaberto: 5 Progressão para Aberto: 6 Livramento Condicional: 3 Indulto: 0 Comutação: 0 Prescrição Executória: 2 Término de Pena: 2 Medida de Segurança: 0 Liberação Condicional: 0	Progressão para Semiaberto: 1 Progressão para Aberto: 3 Livramento Condicional: 1 Indulto: 0 Comutação: 0 Prescrição Executória: 0 Término de Pena: 0 Medida de Segurança: 0 Liberação Condicional: 0	Instaurados até 30 dias: 20 Instaurados entre 30 e 60 dias: 0 Instaurados entre 60 e 90 dias: 0 Instaurados há mais de 90 dias: 0



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

seeu CNU Vara de Execução de Penas Privativas de Liberdade de Santarém

Processos - Informações - Decurso de Prazo - Análise de Juntas - Audiências - Cumprimentos - Multas - Relatórios/Estadísticas - Cadastro - Outros

Informações de Produtividade da Serventia

Vara: Vara de Execução de Penas Privativas de Liberdade

Período: 20/08/2023 a 23/11/2023

Descrição	Valor
Total de processos existentes no Órgão Jurisdicional no fim do mês de referência (excluído-se Inquéritos policiais, cartas precatórias/regulatórias de ordem, notificações e intimações)	2588
Total de processos distribuídos para o Órgão Jurisdicional no mês de referência (excluído-se Inquéritos policiais, cartas precatórias/regulatórias de ordem, notificações e intimações)	138
Total de processos cujos autos foram remetidos aos Tribunais ou Turmas Recursais no mês de referência em razão de recursos	0
Total de feitos arquivados definitivamente no mês de referência (excluído-se cartas precatórias/regulatórias de ordem devolvidas, Inquéritos policiais, notificações e intimações)	120
Total de cartas precatórias/regulatórias de ordem distribuídas para o Órgão Jurisdicional no mês de referência	0
Total de cartas precatórias/regulatórias de ordem devolvidas no mês de referência	3
Total de processos cujo o último movimento foi audiência de instrução e julgamento ou pagamento ou juntada de petição, ofício ou laudo e se deu) há mais de 100 dias contados do último dia do mês de referência	0
Total de processos cujo o último movimento foi audiência de instrução e julgamento ou pagamento ou juntada de petição, ofício ou laudo e se deu) há mais de 100 dias contados do último dia do mês de referência	0
Total de processos sobrepostos (com base em expressa previsão normativa (art. 542 e 543 do CPC, artigos 14 e 15 da Lei Nº 10.259/2001, art. 19 e 20 da Lei Nº 12.553/2008, art. 21 da Lei 9868/1998, art. 5º parágrafo 3º da Lei 9862/1998, art. 69 da Lei 9089/1995, art. 78 do Código Penal, parágrafo 2º, c, do Código Penal, art. 152, 1º, 1º, da Lei nº 7.210/1984, art. 2º, I, da Resolução Nº 12/2009 do STJ, etc.)	62
Total de processos de execução fiscal na fase arrolamento previsto no art. 45 da Lei 6930/1992	0
Total de audiências marcadas no mês de referência	3
Total de audiências realizadas no mês de referência	3
Total de audiências de: Conciliação, Hije conciliação, Instrução e julgamento ou WJ de Instrução e julgamento designadas para mais de quinze no último dia do mês de referência.	0

Impressão

seeu CNU Vara de Execução de Penas Privativas de Liberdade de Santarém

Início - Processos - Informações - Decurso de Prazo - Análise de Juntas - Audiências - Cumprimentos - Multas - Relatórios/Estadísticas - Cadastro - Outros

Mesa do(a) Analista Judiciário

Início - Pendências de Incidentes - Estatísticas - Intimações - Análise de Juntas - Outros Cumprimentos - Lembretes - Sessões de Julgamento

Com Urgência	Para Realizar
Juntas: 9	Juntas: 13
Retorno de Conclusão: 2	Retorno de Conclusão: 13
	Mandados aguardando análise de retorno: 3
	Cartas Eletrônicas aguardando análise de retorno: 2
	Comunicações aguardando retorno: 0
	Autuação da Guia de Execução pendente (Importação Criminal): 0
	Multas Fupen quitadas e pendentes de juntada de quitação: 0
	Multas Fupen vencidas e pendentes de ordenação: 0
	Multas Fupen vencidas e pendentes de reenvio ao Fupen: 0
	Mandados aguardando publicação: 1
	Mandados de Prisão cumpridos e aguardando análise de Juntada: 0
	Mandados a prescrever em até 15 dias: 1
	Mandados de Prisão temporária/GUIJ a vencer em até 5 dias: 0
	Prestações Pecuniárias(Guia de Recolhimento de Custas) em atraso: 0
	Prestações Pecuniárias(Guia de Recolhimento de Custas) em análise: 0
	Processos Aguardando Recebimento no Distribuidor: 2

PERFIL SEEU – PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS

seeu CNU Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas e Restrições de Direitos em Santarém

Processos - Informações - Decurso de Prazo - Análise de Juntas - Audiências - Cumprimentos - Multas - Relatórios/Estadísticas - Cadastro - Outros

Mesa do(a) Analista Judiciário

INÍCIO - CUMPRIMENTOS DE DECORRÊNCIA - CUMPRIMENTOS DE DECORRÊNCIA - MULTAS - PENAS/RESTR. - ANÁLISE DE JUNTAS - Lembretes e Cumprimentos - Sessões de Julgamento

DADOS DO INÍCIO
 Nome: Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas e Restrições de Direitos em Santarém

PERFIL DE ATIVIDADE
 Total de Processos: 122

PROCESSOS PARALISADOS (+20 DIAS)	PROCESSOS AGUARDANDO	PROCESSOS EM ANDAMENTO
Suspensão: 0	Cumprimento de pena privativa de liberdade: 0	Em Ordem: 0
Incidentes pendentes de julgamento: 0	Cumprimento de pena alternativa: 122	Em Recurso (exceto processos conclusos): 0
Cumprimento de pena intermitente: 0		
Processos cujas audiências aguardando arrolamento: 0		

PERFIL DE RECURSOS
 Total de Recursos: 0

Audiências Designadas
 Total de Audiências: 0



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

seeu CNI
Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas e Restritivas...

Início Processos Intimações Decurso de Prazo Análise de Juntadas Audiências Cumprimentos Minutas Relatórios/Estadísticas Cadastro Outros

Mesa do(a) Analista Judiciário

Início Pendências de Incidentes Cumprimentos de Medidas Estatísticas Intimações **Análise de Juntadas** Outros Cumprimentos Lembretes Sessões de Julgamento

Com Urgência	Para Realizar
Juntadas: 0	Juntadas: 0
Retorno de Conclusão: 0	Retorno de Conclusão: 0
	Mandados aguardando análise de retorno: 0
	Cartas Eletrônicas aguardando análise de retorno: 0
	Comunicações aguardando retorno: 0
	Autuação da Guia de Execução pendente (Importação Criminal): 0
	Multas Fupen quitadas e pendentes de quitação: 0
	Multas Fupen vencidas e pendentes de ordenação: 0
	Multas Fupen vencidas e pendentes de reenvio ao Fupen: 0
	Mandados aguardando publicação: 0
	Mandados de Prisão cumpridos e aguardando análise de juntada: 0
	Mandados a prescrever em até 15 dias: 0
	Mandados de Prisão temporária/civil a vencer em até 5 dias: 0
	Prestações Pecuniárias(Guia de Recolhimento de Custas) em atraso: 0
	Prestações Pecuniárias(Guia de Recolhimento de Custas) em análise: 0
	Processos Aguardando Recebimento no Distribuidor: 0

seeu CNI
Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas e Restritivas...

Início Processos Intimações Decurso de Prazo Análise de Juntadas Audiências Cumprimentos Minutas Relatórios/Estadísticas Cadastro Outros

Mesa do(a) Analista Judiciário

Início **Pendências de Incidentes** Cumprimentos de Medidas Estatísticas Intimações Análise de Juntadas Outros Cumprimentos Lembretes Sessões de Julgamento

A vencer	Vencidos	Instaurados e Pendentes de Decisão
Progressão para Semiaberto: 0	Progressão para Semiaberto: 0	Instaurados até 30 dias: 0
Progressão para Aberto: 0	Progressão para Aberto: 0	Instaurados entre 30 e 60 dias: 0
Livramento Condicional: 0	Livramento Condicional: 0	Instaurados entre 60 e 90 dias: 0
Indulto: 0	Indulto: 0	Instaurados há mais de 90 dias: 0
Comutação: 0	Comutação: 0	
Prescrição Executória: 0	Prescrição Executória: 0	
Término de Pena: 0	Término de Pena: 0	
Medida de Segurança: 0	Medida de Segurança: 0	
Liberação Condicional: 0	Liberação Condicional: 0	

PERFIL SEEU – PENA DE MULTA

seeu CNI
TJPA - Vara de Execução Penal de Santarém - Pena de Multa

Início Processos Citações e Notificações Intimações Decurso de Prazo Análise de Juntadas Audiências Cumprimentos Minutas Relatórios/Estadísticas Cadastro Outros

Mesa do(a) Analista Judiciário

Início Citações e Intimações Análise de Juntadas Outros Cumprimentos Lembretes Sessões de Julgamento

Dados do Juízo
Nome: TJPA - Vara de Execução Penal de Santarém - Pena de Multa

Processos Ativos
Total de Processos: 22

PROCESSOS PARALISADOS (+30 DIAS)	PROCESSOS AGUARDANDO	PROCESSOS EM REMESSA
Secretaria: 0	Cumprimento de pena privativa de liberdade: 0	Em Remessa: 0
Incidente pendente de Julgamento: 0	Cumprimento de pena alternativa: 0	Em Remessa (exceto processos concluídos): 0
Incidente vencido: 0		
Cumprimento de pena interrompido: 0		
Processos extintos aguardando arquivamento: 0		

Fila do BNMP
Total de Registros: 0

Audiências Designadas
Para Hoje: 0
Pendentes: 0



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

seeu CNJ T.JPA - Vara de Execução Penal de Santarém - Pena de Multa

Início Processos Citações e Notificações Intimações Decurso de Prazo Análise de Juntadas Audiências Cumprimentos Minutas Relatórios/Estatísticas Cadastro Outros

Mesa do(a) Analista Judiciário

Início Citações e Intimações **Análise de Juntadas** Outros Cumprimentos Lembretes Sessões de Julgamento

Com Urgência	Para Realizar
Juntadas: 0	Juntadas: 0
Retorno de Conclusão: 0	Retorno de Conclusão: 0
	Mandados aguardando análise de retorno: 0
	Cartas Eletrônicas aguardando análise de retorno: 0
	Comunicações aguardando retorno: 0
	Processos Aguardando Recebimento no Distribuidor: 0

PERFIL SEEU – CORREGEDORIA DE PRESÍDIOS

seeu CNJ T.JPA - SANTARÉM - CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS

Início Processos Intimações Decurso de Prazo Análise de Juntadas Audiências Cumprimentos Minutas Relatórios/Estatísticas Cadastro Outros

Mesa do(a) Analista Judiciário

Início Intimações Análise de Juntadas Outros Cumprimentos Lembretes Sessões de Julgamento

Dados do Juízo

Nome: T.JPA - SANTARÉM - CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS

Execuções Ativas

Total de Processos: 0

PROCESSOS PARALISADOS (+30 DIAS)	PROCESSOS AGUARDANDO	PROCESSOS EM REMESSA
Secretaria: 0	Cumprimento de pena privativa de liberdade: 0	Em Remessa: 0
Incidente pendente de julgamento: 0	Cumprimento de pena alternativa: 0	Em Remessa (exceto processos conclusos): 0
Incidente vencido: 0		
Cumprimento de pena interrompido: 0		
Processos extintos aguardando arquivamento: 0		

Fila do BNMP

Total de Registros: 0

Audiências Designadas

Para hoje: 0
Pendentes: 0



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

17. CONCLUSÃO:

A Vara de Execução Penal da Comarca de Santarém possui competência para execução de penas em regime fechado, semiaberto e aberto/ livramento condicional e penas restritivas de direito, por força da Resolução n. 26/2014-GP.

O Exmo. Sr. Dr. Flávio Oliveira Lauande é o magistrado titular desde 18/01/2021.

O servidor Francinaldo Figueira Bentes é o Diretor de Secretaria desde o ano de 2011.

A Secretaria conta com 07 (sete) servidores efetivos e 02 (dois) estagiários e o Gabinete conta com 02 (dois) servidores efetivos, 01(um) deles, em exercício de cargo comissionado.

Há equipe técnica vinculada à Unidade, composta por 01 (uma) analista judiciário-pedagogia, 01 (uma) analista judiciário – psicologia e 01 (uma) analista judiciária – assistente



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

social.

Não há apuração de Metas Nacionais na Unidade, considerando que se trata de execução penal.

Nos 04 (quatro) perfis que a Unidade possui no sistema SEEU verifica-se que há controle e impulso regular do acervo.

De acordo com os dados registrados no Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP, o magistrado Flávio Oliveira Lauande realizou inspeções nos estabelecimentos prisionais mensalmente no ano de 2022 e se encontra em dia com os registros das inspeções carcerárias do ano de 2023.

O acervo ativo da Unidade no período de Inspeção era de **2.575** execuções em regime fechado e semiaberto, **540** em regime de penas e medidas alternativas, **23** em pena de multa e **09** na Corregedoria de Presídios. Não havia processos conclusos há mais de 100 dias, contudo, foram identificados **220** (duzentos e vinte) processos com pendências de implantação, tendo sido apresentada justificativa de que se tratam de feitos relacionados às penas restritivas de Direito. Em relação aos 220 (duzentos e vinte) procedimentos pendentes de implantação, o Diretor de Secretaria esclareceu que são execuções penais relacionadas aos condenados em regime semiaberto, no qual há necessidade que o condenado seja intimado para início da execução penal e por esta razão não instaura o procedimento antes de tal ato, uma vez que já começa a computar como cumprimento de pena.

Dos **09 (nove)** processos constantes do acervo ativo do perfil de Corregedoria dos Presídios, **02 (dois)** tramitam para apuração de agressões no sistema penal da comarca (processos n. 2000663-86.2023.8.14.0051- relacionado à morte de um apenado e n. 2000810-15.2023.8.14.0051 - denúncia de agressão) e, os demais são pedidos de vagas em presídios de outras Unidades e foram tramitadas para a distribuição das referidas Unidades, porém, sem recebimento até a data da Inspeção, fazendo com que ainda constem no acervo da VEP, que já enviou malote digital solicitando o recebimento e a devolução dos expedientes.

No perfil de penas e medidas alternativas foram identificadas **990** (novecentos e noventa) cumprimentos em atraso, tendo sido esclarecido pelo Diretor de Secretaria que *“Embora o sistema aponte 990 cumprimentos em atraso na CEMPA, tal dado não condiz com a realidade,*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

já que não há cumprimento em atraso na presente data. O que ocorre, é que na CEMPA a condição de comparecimento em Juízo é feita via assinatura trimestral, mas, no Sistema SEEU, a condição de assinatura aponta aviso de atraso se não for preenchida mensalmente. Além disso, vários avisos de atraso referem-se a processos já arquivados em que o próprio sistema não "deu baixa" no aviso. Tal situação pode ser comprovada pelo fato da quantidade de avisos de atraso (990 avisos) serem superiores inclusive à quantidade processos que tramitam na CEMPA no momento (560 processos). Ademais, todos os processos da CEMPA são regularmente conferidos e movimentados, não ultrapassando o prazo de 90 dias sem movimentação."

seeu CNI
Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas e Restritivas...
Início Processos Intimações Decurso de Prazo Análise de Juntadas Audiências Cumprimentos Minutas Relatórios/Estatísticas Cadastro Outros
Mesa do(a) Analista Judiciário
Início Pendências de Incidentes **Cumprimentos de Medidas** Estatísticas Intimações Análise de Juntadas Outros Cumprimentos Lembretes Sessões de Julgamento
Atrasados A Cumprir
Cumprimentos em Atraso: 990 Cumprimentos a Vencer: 991
Sem Cumprimentos
Medidas sem Cumprimentos Gerados: 201

Como medida de gestão o magistrado Flávio Oliveira Lauande editou e publicou ordens de serviço para implementar celeridade aos processos e regulamentar procedimentos, conforme modelo da Vara de Execução Penal do Paraná:

- Ordem de Serviço 001-2022 - Saídas Temporárias Automáticas
- Ordem de Serviço 002-2022 - Trabalho Externo via Diretor do Estabelecimento Prisional
- Ordem de Serviço 003-2022 - Progressão de Regime e Livramento Condicional
- Ordem de Serviço 004-2022 - Homologação de Cálculos (1)
- Ordem de Serviço 005-2022 - Saídas Temporárias Automáticas - alterada - com tornozeleiras eletronicas.docx
- Ordem de Serviço 011-2023 - SEMIABERTO HARMONIZADO MODIFICADA

Em reunião com o Corregedor Geral de Justiça, o magistrado titular relatou que ao assumir a Unidade teve conhecimento de ocorrência de casos de tortura nas Casas Penais. Na ocasião, marcou reunião com os agentes penitenciários, uma vez que nas celas os presos reportaram que eram os agentes que os torturavam. Realizou reunião em Belém com a Corregedoria da SEAP e, posteriormente, houve um desmembramento da equipe que, em tese, seria de torturadores e muitos foram deslocados para área administrativa. Alguns meses



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

depois, os presos pararam de reportar tortura.

Após novo concurso da SEAP, retornaram as reclamações de tortura, em quantidade menor, com denúncias na 1ª Vara Criminal de Santarém, tendo sido instaurado procedimento no SEEU/Corregedoria de Presídios (2008101520238140051), 20006638620238140051 (morte do preso Wallace), 5000957-2023.8100051 (transferência de preso sem comunicação ao Juiz Execução), em tramitação.

O Corregedor Geral de Justiça, durante a conversa com o magistrado Flávio Lauande, citou o projeto da Associação de Proteção e Assistências aos Condenados (APAC), sistema humano, estruturado, mencionando o Projeto de Minas Gerais que tem como Coordenador o magistrado Gustavo Moreira.

A Unidade cumpre o Provimento Conjunto n. 03/2013-CJRMB/CJCI no que se refere ao recolhimento e destinação dos valores oriundos da aplicação de pena de prestação pecuniária.

Concluiu-se dos trabalhos de Inspeção que vem sendo realizado satisfatória gestão de acervo na VEP/Santarém.

Registra-se o agradecimento ao magistrado Flávio Oliveira Lauande, ao Diretor de Secretaria Francinaldo Figueira Bentes e demais servidores da Unidade, pela presteza e auxílio na coleta dos dados que compõem o presente relatório final.

18. ANEXOS:

1. Plano de teletrabalho dos servidores Ádria Gonçalves Vinhote, Tiago Diego de Oliveira Panza, Anderson Desincourt Almeida Caldeira Silva e Francinaldo Figueira Bentes.
2. Ordem de Serviço n. 01-22 – Saídas temporárias automáticas
3. Ordem de Serviço n. 02-22 – Trabalho Externo via Diretor do Estabelecimento Prisional
4. Ordem de Serviço n. 03-22 – Progressão de Regime e Livramento Condicional
5. Ordem de Serviço n. 04-22 – Homologação de cálculos
6. Ordem de Serviço n. 05-22 – Saídas temporárias automáticas – alterada
7. Ordem de Serviço n. 11-23 – Procedimentos e rotinas o semiaberto harmonizado
8. Relatório de atividades desenvolvidas pela Equipe Técnica da VEP/Santarém



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

-
9. Plano de Trabalho da Equipe Técnica da VEP/Santarém
10. Relatório de projetos da CEMPA (Central de Penas e Medidas Alternativas) de 2016 a 2023
(março)

Sendo estas as considerações a serem registradas, **submete-se este relatório à deliberação final** do Exmo. Sr. Des. José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Junior, Corregedor-Geral de Justiça.

Santarém, Pa, 23 de novembro de 2023.

ANA ANGELICA ABDULMASSIH Assinado de forma digital por ANA
OLEGARIO:7919 ANGELICA ABDULMASSIH OLEGARIO:7919
Dados: 2024.03.18 10:28:56 -03'00'

Ana Angélica Abdulmassih Olegário

Juíza Corregedora

TATYANE CRISTINA Assinado de forma digital por
GARCIA DA TATYANE CRISTINA GARCIA DA
SILVA:66193290206
Dados: 2024.03.15 09:37:52 -03'00'

Tatyane Cristina Garcia da Silva

Servidora da Corregedoria Geral